

Sarney adia visita ao Nordeste



Para Cabral, Constituinte não encerra trabalho este ano

Prefeito cearense cancela churrasco

FORTALEZA
AGÊNCIA ESTADO

"Senhores ouvintes, temos uma notícia não muito agradável para transmitir-lhes neste momento: o presidente José Sarney, face a compromissos inadiáveis em Brasília, não mais virá depois de amanhã à nossa cidade, para inaugurar obras de seu governo", disse, pausadamente, o locutor da Rádio Itatira de Santa Quitéria, a 250 km de Fortaleza, no Ceará. "Esta informação é oficial", completou o prefeito Haroldo Martins, pedindo a todos "um pouco mais de paciência" para com o presidente, que "não cancelou a visita, apenas a adiou para o início do próximo mês".

Para os repórteres que o procuraram depois da confirmação do adiamento da visita do presidente, Haroldo Martins garantiu que "tudo já estava praticamente pronto; o presidente teria uma festa muito bonita, pois o povo queria agradecer-lhe pelas obras que seu governo vem fazendo em Santa Quitéria".

O prefeito confirmou que faria um churrasco para dez mil pessoas: "Já tinhamos alguns bois prontos, mas aguardaremos nova oportunidade para abate-los".

Segundo seus opositores, o prefeito não revelou o montante dos gastos porque já perdeu a conta: concluiu as obras do aeroporto da cidade e comprou camas para a comitiva presidencial.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A pressão da Assembleia Nacional Constituinte para reduzir o mandato presidencial, antecipando as eleições gerais para o próximo ano, fez o presidente José Sarney desistir da viagem que faria, amanhã, ao interior dos estados do Ceará e Piauí. O porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, tentou justificar a mudança de planos do presidente alegando "compromissos de agenda" e que Sarney voltará à região na primeira semana de dezembro, após retornar do México.

No Ceará e Piauí, Sarney inauguraria obras do Ministério da Irrigação e manteria contatos com quase uma centena de prefeitos cujos municípios atravessam um novo período de seca. Para esta viagem, o cerimonial do Planalto chegou a preparar três roteiros, suprimindo, em cada um deles, cidades e vilarejos de forma a encurtar a permanência do presidente no Nordeste. A última versão previa eventos em Santa Quitéria, no Ceará, e Parnaíba, no Piauí, com uma rápida passagem por Fortaleza, retornando a Brasília no início da noite.

O adiamento da viagem frustrou principalmente a cidade de Santa

Quitéria (a 150 quilômetros de Fortaleza), que pela terceira vez consecutiva se preparou, com toda pompa, para receber o presidente da República. Nada menos que 20 bois foram abatidos para alimentar as caravanas que seriam levadas por 42 prefeitos presentes à festa. Estimativas oficiais eram de que a população da cidade dobraria, passando de 30 mil para 60 mil habitantes.

Decepção maior teve o prefeito José Haroldo Magalhães Martins, que tinha esperança de tornar público um discurso que já passou por três versões desde janeiro, quando foi anunciada, pela primeira vez, a intenção de Sarney visitar o município. Ontem, o prefeito ocupou a emissora local para anunciar que o presidente Sarney "movido pela crise", adiou a visita. E, apesar das explicações do prefeito, o clima ontem na cidade era de revolta.

O porta-voz Frota Neto, no entanto, disse não existir "nada de excepcional" na política interna brasileira que motivasse alterações no plano de viagem. Ele afirmou que continuam válidos os programas para as viagens à Colômbia e ao México, de 23 a 29 próximos, e que o Nordeste será visitado no mês de dezembro, em data que o Planalto acertará com as lideranças políticas locais.



Cabral admite diretas em 88 para presidente

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse ontem em São Paulo que há uma perspectiva de haver eleição direta para presidente da República em 1988. Acrescentou que os trabalhos da Constituinte se estenderão possivelmente até o ano que vem. Foi cauteloso quanto ao grupo denominado Centrão, que é "atento às coisas da Constituinte" e, com relação às pressões de grupos de empresários disse que elas não serão suficientes para desestabilizar os trabalhos, "pois se aprofundar a Assembleia Nacional Constituinte, afundamos todos juntos".

Bernardo Cabral esteve na sede paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que, em sessão extraordinária, o homenageou, por entender que "setores descontentes com os rumos dos trabalhos tentam desestabilizar a Constituinte, que ainda é congressual, não obstante nossa luta", conforme declarou o presidente regional da entidade, Antônio Mariz de Oliveira.

Como os governadores que se reuniram no domingo no Rio, Bernardo Cabral disse que "há uma grande marcha no sentido de haver eleição para presidente em 88", e que hoje existe um sentimento generalizado a esse respeito. Dos 93 deputados que compõem a Comissão de Sistematização, 40 decidiram pela eleição em 88 e mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, "outros 17 estão para decidir e há concorrentes que querem mandato de cinco anos e outros de seis anos. Se fosse feita pesquisa na Constituinte, a maioria dos deputados optaria pelos quatro anos de mandato e um ano de preparação para o parlamentarismo. Em 88 ou 89 entregariam o governo ao futuro presidente eleito, sabendo que o novo sistema seria o parlamentarismo".

O Centro Democrático, o chamado Centrão, não assusta o relator da Comissão de Sistematização. "O Centrão é composto por parlamentares constituintes, que estão atentos ao que se passa naquela Casa. Sempre acrescentam alguma coisa, não tenho medo. Dentro do Centrão há deputados que querem mudanças como também há os que não querem mudança no relatório Bernardo Cabral."

"Graças a Deus eles aderiram"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Graças a Deus os governadores aderiram", comentou o líder Fernando Henrique Cardoso, referindo-se ao apoio dos governadores do Rio, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul à redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos. Ele acrescentou ter tido informações, antes do encontro deles no Rio — domingo — sobre a mudança de posição de Orestes Quécia, Moreira Franco e Waldir Pires. "Os governadores estão de acordo com o pensamento da grande maioria da sociedade brasileira", frisou o senador paulista.

Para Fernando Henrique, o fato de o futuro regime ser parlamentarista, caso não haja alteração no plenário final da Constituinte, não resultará em incompatibilidade entre os candidatos à sucessão de Sarney e a forma de governo. "Não creio que nenhum dos postulantes em potencial, como Brizola, Covas ou Aureliano Chaves, deixe de ser candidato", observou o senador, para quem a decisão pelo parlamentarismo não significa que o futuro presidente da República venha a ser uma figura decorativa. "Quem está dizendo isso não leu com cuidado o anteprojeto. O futuro presidente terá poderes, sim", observou Fernando Henrique.

Quanto às críticas ao segundo substitutivo apresentado por ele, Cabral declarou: "Se o projeto merecer críticas, elas devem ser dirigidas à sociedade por inteiro, porque é fruto desse pessoal, não de um só homem. As críticas refletem desconhecimento de uns e maldade de outros. Acho que não leram o substitutivo, tanto que estamos entrando no sétimo título e o projeto tem 90% de seu texto aprovado".

Os trabalhos da Constituinte terminam em janeiro ou fevereiro do ano que vem, segundo Bernardo Cabral: "Mas é difícil prever com precisão; sei que este ano é difícil acabar". Citou os exemplos das Constituições de Portugal e da Espanha, que levaram dois e três anos para ser concluídas. Acrescentou que tem apoio de movimentos de bairros, da OAB, da ABI, e os que não apóiam "são extremistas, tanto de direita quanto de esquerda". Quando há críticas sobre a lentidão dos trabalhos, Cabral recorre aos exemplos dos livros de poesia e romance: "Quando se redige uma Constituição, você mexe com o ser humano, não pode escrever como se tivesse prazo para terminar, como os livros. Além disso, não redigi um texto para agradar a este ou aquele parlamentar. Não é um feudo social".

Agora que os trabalhos irão para o plenário, Bernardo Cabral disse que é hora de sairmos de uma situação de autoritarismo de ontem para a democratização de amanhã: "Posso assegurar também que nenhuma facção política dentro da Assembleia Nacional Constituinte vai escrever sozinha o texto. Se não houver uma composição entre as forças não teremos uma Constituição. Por isso mesmo se explica o comportamento de deputados de esquerda que votam com os de centro, e deputados de centro que votam com a esquerda. Há fatores diversos que influenciam o voto. É o caso do problema da estabilidade, erroneamente chamada assim porque se trata apenas de garantia de emprego para o empregado, mas não dá estabilidade. Apenas em vez de remeter o texto para a lei ordinária, entrou no texto da Constituinte. Quanto às acusações dos empresários de que teriam injetado 35 milhões de dólares nos trabalhos, o presidente Ulysses Guimarães está tomando providências".

Para Bornhausen, quadro complicado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Se se promover pesquisa, haverá preferência de 90% da sociedade brasileira pela realização de eleições gerais no próximo ano", afirmou ontem o ex-ministro da Educação, Jorge Bornhausen, que considera complicado o quadro da Constituinte no que diz respeito ao novo regime de governo.

"Para mim, as coisas não fecham — disse o senador. Está faltando orquestração para que as coisas funcionem. Vamos ter de mexer no capítulo das disposições transitórias para que o parlamentarismo seja implantado. O que não pode ser é parlamentarismo com eleição direta para presidente da República e voto proporcional. Ao invés de um sistema de governo, teremos, nesse caso, um boje expropriado, que será destruído. Temos de negociar. Por mim, votarei pela introdução gradual do regime parlamentarista. Aliás, sou a favor de eleições gerais, de vereador a presidente da República; de referendo em torno do sistema de governo, devendo permanecer no posto os governadores que queiram pleitear a reeleição."

E finalizou: "Vocês podem dizer que as eleições diretas não passam porque os governadores não querem, os senadores e deputados não votam. A sociedade brasileira, porém, é totalmente a favor".

Por indecisão, Planalto perde os governadores

JOSÉ NÉUMANNE PINTO

O que motivou a nova posição dos governadores em relação à duração do mandato do presidente da República e das eleições diretas presidenciais para o ano que vem foi a decepção que eles tiveram com José Sarney, que, não apenas não tomou o poder que eles acham que lhe deram com a Declaração do Rio de Janeiro, como até, ao contrário, o devolveu. "As eleições em 88 são inevitáveis. Pelo menos é o que parece. E não podemos ficar a reboque dos fatos", comentou ontem um governador, que não participou da reunião do fim de semana no Rio, mas foi detalhadamente informado sobre o que aconteceu no Palácio Guanabara. Outro governador, que participou da reunião, comentou: "Temos de nos organizar e não podemos nos omitir, pois a situação é grave e o governo federal está perdendo a governabilidade. Esta situação de ingovernabilidade é insustentável por mais tempo".

"Na verdade, o presidente da Re-

pública não é propriamente o único culpado da situação. Mas, se não houve mágoa com a reforma ministerial, que, enfim, não foi feita, houve, no mínimo, decepção. Todos esperávamos uma atitude muito mais firme do que a mera troca de cinco ministros. Além disso, a Constituinte não parece consciente da gravidade do momento e fica brincando de fazer concessões demagógicas. A hora é grave. Não é momento para brincadeiras", disse um desses governadores.

Depois da reunião do Rio, da qual saiu o documento com que os governadores esperavam estar dando força a Sarney, eles passaram a procurar outra estratégia e, se possível, pretendem se fixar em uma candidatura presidencial: "Já há tanta candidatura por aí e nós nem temos um ponto de vista comum firmado sobre o assunto. Temos de estar preparados para o que vier. A maioria dos governadores continua achando que não será bom ter uma eleição presidencial no momento em

que as leis que regulamentarão a Constituição estiverem sendo preparadas. Mas não adianta brigar contra os fatos", comentou um governador, identificado como dos mais ligados a Sarney.

Outro governador, também amigo do presidente, mas que prefere não se identificar, continua combatendo a teoria das eleições gerais, por considerar intocável seu próprio mandato ("fomos eleitos para quatro anos e isso é indiscutível"), mas já começa a considerar discutível a aplicação do mesmo argumento em relação ao Congresso. "Na verdade, este Congresso que está funcionando foi eleito para um sistema presidencialista. Mas, se o parlamentarismo for implantado talvez seja mesmo necessário renovar o Congresso", observou. Segundo esse governador, a situação se deteriorou muito, continua em pleno processo de deterioração e "nenhum país consegue resistir tanto tempo num clima de ingovernabilidade como este que o Brasil está vivendo".